



5.ª Reunião Extraordinária da Câmara Municipal de Odivelas

24.07.2014

Ponto Único

Proposta de Implementação das Atividades de Enriquecimento Curricular para o Ano Letivo 2014/2015

Declaração de Voto

Uma vez mais somos chamados a pronunciar-nos sobre as Atividades de Enriquecimento Curricular, *vulgo* AEC. Apresentadas como *estratégia de promoção da igualdade e do sucesso escolar* ou como “*escola a tempo inteiro*”, a implementação das AEC tem sido acompanhada da desvalorização do currículo do 1.º ciclo do ensino básico.

Para nós, assegurar a igualdade no sucesso educativo é reforçar o estudo acompanhado, é diminuir o número de alunos por turma, é garantir condições de ensino às crianças com Necessidades Educativas Especiais, é assegurar condições de trabalho aos professores, é dotar as escolas de equipas multidisciplinares, com psicólogos, mediadores, animadores, entre outros. É assegurar que o número de assistentes operacionais seja o que as escolas necessitam e não o que resulta de um qualquer *rácio* estabelecido nos gabinetes ministeriais.

E é também garantir aos pais e encarregados de educação condições para conciliarem, efetivamente, a vida profissional com a vida familiar, em que o acompanhamento dos filhos é essencial.

Como frequentemente temos afirmado, consideramos que a música, a atividade física e o inglês deviam constituir áreas curriculares do programa do 1º ciclo. Porque são áreas importantes no desenvolvimento da criança e como tal não devem assumir um carácter opcional e muito menos oferta aleatória e desigual.

As crianças têm que ter um tempo para aprender e um tempo para brincar. As AEC não são mais do que um período letivo a acrescentar a outro



período letivo, que obriga à permanente concentração por parte das crianças e que pode ir até 30 horas semanais. Muitas delas funcionam exatamente no mesmo espaço.

De acordo com Maria do Céu Roldão, *“um dos aspetos a reter no estudo que foi feito pela ANAE (Associação Nacional de Animação e Educação), é o facto dos professores referirem o excesso de tempo de escola que as crianças passaram a ter. Alguns deixaram de ter tempo para brincar. Esta questão às vezes é demagógica, mas é fundamental. Uma criança estar oito horas em atividades do tipo aula é uma violência sem nome”* (Maria do Céu Roldão, 2009, entrevista à Revista de Animação e Educação).

A escola a tempo inteiro que defendemos é uma escola pública de qualidade que não termina às 15 horas, mas onde as crianças têm tempo para atividades lúdicas, num espaço completamente diferenciado do *“espaço aula”* em que as crianças estejam descontraídas, sem preocupação de cumprir horários e desempenhar atividades dirigidas.

Também ao nível da gestão e programação, as AEC constituem um fator de instabilidade para toda a comunidade escolar – para as crianças, para as famílias, para os profissionais e também para as instituições que as gerem.

O que é válido num ano deixa de o ser no outro, sem que os intervenientes sejam atempadamente ouvidos. A polémica gerada pelas alterações da gestão para o próximo ano letivo está aí para o demonstrar. A proposta inicialmente apresentada e que se mantinha até há 3 dias, de acordo com informação transmitida telefonicamente, é substituída, a 24h desta reunião (também com prévio contacto telefónico), por outra que passa a integrar algumas APEE como parceiros na gestão.

É caso para perguntar: que critérios ou interesses são considerados na escolha dos parceiros?

Por tudo o que fica dito o nosso voto só pode ser contra.

Odivelas, 24 de julho de 2014

A Vereadora da CDU



Maria da Luz Nogueira